

## O conhecimento sem pátria

*Knowledge without homeland*

Jair Santos

 <http://orcid.org/0000-0002-8404-5841>  
Scuola Normale Superiore di Pisa

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

Todos os que acompanham a atualidade política sabem que um tema em particular está quase sempre presente no debate público, sobretudo na Europa e nos Estados Unidos: a imigração. A polêmica discussão é animada não somente pelos jornalistas e atores políticos, com posicionamentos nem sempre apaziguadores, mas também pelos intelectuais. São inúmeros os acadêmicos – filósofos, historiadores, sociólogos, cientistas políticos, juristas – que tentam, através de uma análise mais serena e por meio dos instrumentos fornecidos pela ciência que professam, analisar a imigração como um fenômeno social complexo, com diferentes causas e diversas consequências para a sociedade. O último livro de Peter Burke, fruto de conferências proferidas na *Historical Society of Israel* em 2015, é um belo exemplo de como um historiador, de quem se costuma esperar apenas um olhar crítico sobre o passado, também pode enriquecer a reflexão acerca de problemas atuais. A obra *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas*, publicada em 2017, estuda um tipo específico de imigração: a dos intelectuais que deixaram seu país natal, de modo espontâneo ou forçado, e prosseguiram a sua produção intelectual em outras terras. A partir desse grupo seletivo de imigrantes, o autor examina os efeitos do encontro – ou eventualmente do choque – entre duas culturas na produção e difusão do conhecimento. Este é o pressuposto central do livro: a imigração é um fato social de efeitos recíprocos, isto é, tanto os indivíduos que migram quanto a sociedade estrangeira que os acolhe são de algum modo afetados e transformados pelo intercâmbio que se opera. Está claro, portanto, que o livro refuta o argumento, às vezes invocado em âmbito político, segundo o qual a influência estrangeira é necessariamente nociva para a cultura nacional.

O primeiro esclarecimento feito por Burke concerne o “léxico do exílio”. As categorias “exilados” e “expatriados” exprimem realidades distintas: a primeira refere-se às pessoas que deixam seu país de forma involuntária, forçadas por circunstâncias políticas hostis; a segunda corresponde aos indivíduos que saem de forma voluntária, atraídos por novas oportunidades em outro lugar. O autor admite que a terminologia é simplista e frágil, pois nessas categorias não são levadas em conta as particularidades socioeconômicas que muitas vezes condicionam uma imigração à primeira vista “voluntária”. Por isso, quando a motivação real da partida não é clara, o autor prefere utilizar a categoria de “emigrante”. Em seguida, baseando-se numa tipologia proposta por Franz Neumann, o historiador identifica três reações possíveis dos imigrantes face à nova realidade em que se encontram: assimilação da cultura do país, rejeição dessa cultura (que resulta em alguns casos na formação de grupos segregados) e mistura das duas culturas (NEUMANN,



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

1953). Peter Burke parte da hipótese de que as contribuições mais relevantes para o conhecimento provêm especialmente dos estudiosos imigrantes que se situam na terceira categoria, ou seja, numa posição intermediária entre a adesão irrestrita e a resistência obstinada à nova cultura. Fixados assim os parâmetros conceituais, a pesquisa adota como método a biografia coletiva, detendo-se na análise de uma seleção de casos de intelectuais e acadêmicos que imigraram, quase todos ligados às disciplinas humanísticas, num vasto arco temporal e espacial que vai da queda de Constantinopla (1453) ao estabelecimento do regime militar argentino (1976). Através do exame prosopográfico de “imigrantes ilustres”, o autor visa a estudar a imigração como um processo global de circulação das ideias que repercute na história do conhecimento e da cultura.

A obra estrutura-se em cinco capítulos que seguem essencialmente um critério cronológico e o conteúdo pode ser assim resumido: a importância do distanciamento na produção intelectual do expatriado (capítulo 1); migrações de intelectuais bizantinos, persas, árabes e budistas (capítulo 2); diásporas hebraica, muçulmana, católica e protestante na época moderna (capítulo 3); imigração de comerciantes, missionários jesuítas e professores na Rússia e no Brasil (capítulo 4); imigrações na era dos totalitarismos (capítulo 5). Conquanto a cronologia seja um tanto ambiciosa, o livro se concentra nas “migrações confessionais” dos séculos XVI e XVII, caracterizadas pela evasão de grupos vítimas de perseguições religiosas, bem como nas expatriações resultantes dos totalitarismos do século XX. Impulsionados pelas perseguições raciais e políticas em países como Itália, Alemanha, Espanha e União Soviética, muitos intelectuais deixaram suas terras natais. Alguns destes, confessa-o Burke, foram seus professores em Oxford e fizeram parte da sua própria trajetória intelectual, como Edgar Wind, János Bak, Arnaldo Momigliano e Juan Maiguascha. Aliás, o autor não esconde certa dose de subjetividade na escolha do tema ao revelar que a convivência constante com imigrantes (dentre os quais seus avós, professores, colegas e principalmente sua esposa brasileira) teve papel fundamental na sua formação pessoal e intelectual.

É de particular interesse para os leitores brasileiros o quarto capítulo, no qual se faz menção à contribuição dos intelectuais franceses na fundação da Universidade de São Paulo nos anos 1930. Segundo o historiador, a passagem pela USP de nomes como Roger Bastide, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Pierre Monbeig e Émile Brehier constitui um exemplo eloquente da importância dos expatriados na promoção do diálogo intercultural. Mais do que influenciar a produção acadêmica dos célebres expatriados, o exílio da chamada “missão francesa” serviu para fornecer ao recém-criado sistema universitário paulista um modelo de estudos humanísticos e sociais à *la française* que inspirou muitos jovens estudantes brasileiros. De volta à França, o entusiasmo pelo Brasil manifestado por figuras como Braudel e Lévi-Strauss suscitou em alguns de seus alunos o desejo de se aprofundar no estudo do espaço ibérico e latino-americano, como testemunham os trabalhos de Pierre Chanu, Frédéric Mauro, Nathan Wachtel e Serge Gruzinski. Nota-se nessas idas e vindas uma evidência do pressuposto geral que permeia a obra: a imigração é uma relação bilateral com a qual ambas as partes podem beneficiar-se. Ainda em relação ao Brasil, o autor faz questão de citar exemplos de intelectuais brasileiros que fizeram o caminho inverso e foram estudar ou ensinar no exterior, como Gilberto Freyre, Celso Furtado, Sérgio Buarque de Hollanda e mais recentemente os historiadores Luiz Felipe de Alencastro e Emília Viotti da Costa.

Também é digno de nota o questionamento feito por Peter Burke, logo no primeiro capítulo, a propósito da relevância do olhar do intelectual estrangeiro inserido num contexto que não é o seu. A estranha perspectiva na qual se encontra esse imigrante, privado da familiaridade tranquilizadora da própria pátria e perturbado por um contínuo estranhamento face à cultura local, exige dele um esforço considerável de aprendizado e de abertura. Naturalmente, também é preciso superar a barreira cultural mais óbvia consistente no domínio de um novo idioma, com o agravante de que para o intelectual a linguagem representa não somente o meio para comunicar-se na vida cotidiana mas também o seu principal instrumento de trabalho. A impossibilidade de reproduzir as nuances textuais e aquilo que os alemães chamam de *Sprachgefühl*, isto é, a intuição linguística natural que

somente o idioma materno pode propiciar, é um desafio que aparece em vários casos analisados no livro. Por essa razão, o exílio é descrito como um processo educativo, um lento decifrar de novos códigos e formas de pensar. De acordo com Burke, é justamente através desse trabalho paulatino de adaptação e ampliação de horizontes que o intelectual oferece uma valiosa contribuição ao conhecimento: a “desprovincialização” do pensamento. Nas palavras do próprio autor, a proposta do livro pode ser assim sintetizada:

A razão deste estudo não é apenas listar as várias contribuições que os exilados trouxeram ao conhecimento, mas também perguntar o que tornou ímpares esses aportes. O livro irá examinar tanto o “processo” quanto o “produto”, tentando descobrir como foram realizadas as várias contribuições dos *émigrés*. Essa pergunta poderia ser respondida com uma única palavra: “desprovincialização”. Mais precisamente, o encontro entre os exilados e os seus anfitriões ocasionou um processo de dupla “desprovincialização”. Os exilados se desprovincializaram ao passar de uma cultura a outra, mas também ajudaram a desprovincializar seus anfitriões ao lhes apresentar não apenas novos saberes, mas, sobretudo, novos jeitos de pensar. Em suma, o exílio e, em menor medida, a expatriação foram uma educação para ambas as partes do encontro. (BURKE, 2017, p. 31)

A “desprovincialização” é o conceito-chave dessa pesquisa que permite ao autor avaliar concretamente o peso das ideias de intelectuais em terras estrangeiras. O neologismo proposto por Peter Burke quer indicar a saída de uma postura “provinciana” que pode induzir alguns a crer que a comunidade na qual estão inseridos é o centro do mundo ou ainda que a sua cultura é a única possível. Trata-se de uma tomada de consciência do imenso pluralismo de ideias, valores, culturas e modos de vida que dão forma às sociedades. Esse alargamento da visão de mundo, ainda que em maior ou menor grau segundo a predisposição do expatriado, é inevitável a todos os que vivem a experiência do exílio. Por isso, o autor se serve dessa noção para identificar de modo mais preciso a maneira pela qual os intelectuais imigrantes podem promover o diálogo intercultural. São identificados três processos distintos: mediação, distanciamento e hibridação. Na mediação o pensador imigrado se dedica a explicar ou tornar acessível (através de traduções, por exemplo) a cultura do país que o acolhe para os seus compatriotas (ou vice-versa). É o exemplo, lembrado por Burke, de Otto Maria Carpeaux, intelectual austríaco que imigrou para o Brasil em 1938 e produziu vasta obra, em língua portuguesa, de difusão e análise da literatura europeia. Ainda no contexto brasileiro, outro exemplo significativo de mediação é a obra de Gilberto Freyre que depois de estudar durante cinco anos nos Estados Unidos (de 1918 a 1923) introduziu no debate intelectual nacional a inovadora discussão em torno da antropologia cultural e da história social (FREYRE, 2003). O distanciamento, por sua vez, é a perspectiva em que se coloca o observador de uma cultura da qual ele não participa ativamente. Um exemplo típico dessa análise é o clássico livro de Alexis de Tocqueville sobre a sociedade norte-americana (*De la démocratie en Amérique*). Examinar um fenômeno social ou político desde um ponto de vista externo tende a possibilitar um estudo mais neutro e imparcial dos fatos, que pode ainda ser enriquecido com elementos comparativos entre a realidade observada e a realidade da qual é oriundo o observador. Enfim, a hibridação corresponde à integração completa do imigrante na sociedade do novo país, a partir de uma adesão voluntária à cultura local. Ilustram essa última categoria muitos dos judeus europeus que imigraram para os Estados Unidos durante os anos do nazi-fascismo.

O ponto forte do livro é a sagacidade do autor ao equilibrar de modo coerente a sua experiência pessoal com acadêmicos imigrantes, a familiaridade com a historiografia a respeito dos fluxos migratórios e as polêmicas da atualidade para construir uma reflexão histórica consistente acerca de um importante fenômeno social. Além disso, do ponto de vista metodológico, o livro se dispõe a dialogar tanto com a história cultural, da qual Burke é defensor de longa data (BURKE, 2005), quanto com as novas tendências historiográficas globais e transnacionais, interessadas particularmente na circulação de ideias e pessoas. Mais precisamente, o livro conclui outra etapa nos estudos do vasto campo da história social do conhecimento que vem sendo minuciosamente

explorado pelo historiador inglês nas últimas décadas (BURKE, 2003a; 2003b; 2012; 2016). O fio condutor dessa pesquisa monumental, e pioneira sob vários aspectos, é a longa construção histórica do conhecimento, analisada sob o prisma social e a partir de questões como o contexto de formulação das ideias, sua assimilação pela sociedade, seu trânsito entre diferentes espaços geográficos e, neste livro em particular, sua transformação a partir da relação intercultural.

É preciso reconhecer, no entanto, que a obra tem os seus limites. Talvez o mais evidente seja a manifesta insuficiência do uso de um único grupo social (nesse caso, os acadêmicos) para escrever uma história cultural a partir do fenômeno migratório. Como admite o autor na introdução, é evidente que os imigrantes que deixaram vasta produção intelectual e uma história bem documentada são apenas “a ponta de um iceberg” na história do conhecimento. Ademais, o leitor observará, talvez com algum desapontamento, que o livro não é fruto de uma pesquisa inovadora apoiada em fontes primárias. Na verdade, o autor se limita a sintetizar uma vasta historiografia já existente a respeito da circulação internacional de intelectuais. Também podemos lamentar no livro a ausência de uma reflexão sobre outro problema grave enfrentado por alguns acadêmicos, particularmente no campo dos estudos sócio-humanísticos, que se deparam com uma nova cultura: quais categorias teóricas utilizar para estudar e interpretar o novo contexto? É possível aplicar automaticamente teorias pensadas, por exemplo, dentro do quadro intelectual europeu ao estudo de fenômenos sociais latino-americanos, africanos ou asiáticos? O velho debate a respeito do eurocentrismo não deveria estar ausente de um estudo sobre a influência dos intelectuais imigrantes na história do conhecimento, por ao menos dois motivos. Em primeiro lugar, porque os acadêmicos que compõem o rol analítico do estudo de Burke são quase todos europeus; em segundo, porque se trata de um fato não negligenciável que interfere, e em alguma medida condiciona, a maneira como o intelectual apreende e decifra a nova cultura na qual se encontra imerso.

Não obstante as fragilidades apontadas, o livro de Peter Burke é de grande utilidade para todos os que se interessam pela questão da formação das ideias e da cultura. Seu mérito maior é demonstrar que o diálogo intercultural é um elemento fundamental na produção intelectual. Olhando para o tempo presente, marcado por uma globalização incontornável, é fácil constatar que uma produção acadêmica meramente autorreferencial, fechada nos confins da sua própria cultura nacional e sem qualquer abertura a novos horizontes, seria de uma grande pobreza. Também é bem-sucedida a associação feita pelo autor de dois campos historiográficos que merecem, de fato, caminhar conjuntamente de modo a abrir novas pistas de investigação: a história da imigração e a história do conhecimento. Pensar no estrangeiro como partícipe da construção cultural ajuda a olhar o problema migratório a partir de outro ângulo: o do processo de formação de um patrimônio intelectual comum a todos. Se a história pode contribuir de algum modo a enriquecer a discussão de polêmicas da atualidade, essa é talvez uma ideia a ser levada em conta.

## Referências

BURKE, Peter. *Perdas e ganhos: exilados e expatriados na história do conhecimento na Europa e nas Américas, 1500-2000*. São Paulo: Editora Unesp, 2017.

BURKE, Peter. *O que é história do conhecimento?*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento II: da Enciclopédia a Wikipédia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BURKE, Peter. *Uma história social do conhecimento I: De Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003a.

BURKE, Peter. *Hibridismo Cultural*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003b.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2003.

NEUMANN, Franz. *The Cultural Migration: The European Scholar in America*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1953.

### **Notas de autoria**

Jair Santos tem mestrado em História pela Université Paris-Sorbonne, França, (2018) e atualmente é doutorando em História Contemporânea na Scuola Normale Superiore di Pisa. E-mail: jair.dossantosjunior@sns.it.

### **Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista**

SANTOS, Jair. O conhecimento sem pátria. *Sæculum – Revista de História*, v. 25, n. 42, p. 222-226, 2020.

### **Contribuição de autoria**

Não se aplica

### **Consentimento de uso de imagem**

Não se aplica

### **Aprovação de comitê de ética em pesquisa**

Não se aplica

### **Licença de uso**

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC-BY](#). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

### **Histórico**

Recebido em 22/05/2020.

Aprovado em 02/06/2020.